



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 012 SÁBADO, 14 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º (Vago)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (12) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (13)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (19) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (3)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (15)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16) José Medeiros (17,18) João Capiberibe (1,11)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (14,16)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,11)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (17,18)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p style="text-align: center;">PT - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (22)</p>	<p style="text-align: center;">PDT - 6</p> <p style="text-align: center;">Líder Acir Gurgacz - PDT (10) Vice-Líder Telmário Mota (9)</p>
<p style="text-align: center;">PCdoB - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Vanessa Graziotin - PCdoB (20)</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (24)</p>	

EXPEDIENTE

<p>ILANA TROMBKA Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Oradores	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Apresentação dos temas prioritários para a bancada feminina no Congresso; e outro assunto.	5
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Comentários sobre editorial do jornal O Estado de S. Paulo intitulado "O PT no contra-ataque".....	10
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 24 do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara Dos Deputados, destinada à apreciação de vetos e projetos	14
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 26 do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 85/2015.....	14
1.2.3 – Oradores (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o aumento do número de acidentes de trânsito no período do carnaval; e outros assuntos.	14
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Observações sobre a “saúde política” do País.	18
1.2.4 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 215/2015, encaminhando, para promulgação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 22-A/2000 (nº 358/2013, naquela Casa).....	24
1.3 – ENCERRAMENTO.....	24
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 175ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 25 e 26 de novembro de 2014, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 194, do dia subsequente.....	25
Ata da 188ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 17 de dezembro de 2014, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 207, do dia subsequente.....	28
Ata da 1ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de fevereiro de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 004, do dia subsequente	33
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	37
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	38
Bancadas dos Partidos	39
Por ordem alfabética	40
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	41
6 – LIDERANÇAS	42
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	43
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	45
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	47
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	47
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	48
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	50
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	51
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	52
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	54

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	56
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	57
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	57
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	58
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	58
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	59
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	60
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	60
Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	60
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	61
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	62
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	63
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	65
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	66
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	67
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	68
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	69
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	75
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	75
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	76
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	77
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	77
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	78
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	79
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	80

Ata da 9ª Sessão, Não Deliberativa, em 13 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Srª Ana Amélia e do Sr. Cássio Cunha Lima.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 11 minutos e encerra-se às 11 horas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Convido, para fazer uso da palavra, como primeira oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia, que preside a sessão neste momento. Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar a todos, sobretudo a quem assiste a TV Senado neste momento – como diz o jornalista querido que cobre a Rede Globo, Heraldo Pereira: “Que nos dá o prazer da audiência!”

Antes de iniciar o assunto que me traz a esta tribuna, Srª Presidente, que diz respeito a uma reunião que tivemos nesta semana – V. Exª, eu e todas as Senadoras desta Casa –, para tratarmos do mês de março, o Mês da Mulher, para tratarmos já um pouco da pauta que interessa à bancada feminina, eu quero, mais uma vez, destacar o fato de que, proximamente, deveremos analisar as medidas provisórias que seriam, ou são, as primeiras ações do Governo da Presidenta Dilma, editadas, ainda no ano passado, no sentido de promover um ajuste nas contas públicas, um ajuste que se faz necessário em decorrência da crise econômica que abate o mundo.

Essas medidas provisórias são sensíveis porque tratam de questões previdenciárias, porque tratam de questões trabalhistas. E a Presidenta Dilma não apenas disse durante sua campanha eleitoral – a campanha que a reconduziu à Presidência da República –, mas também se comprometeu; mais do que um discurso bem elaborado, o que a Presidenta fez, durante a campanha, foi se comprometer perante a Nação brasileira de que nenhum direito do trabalhador, da trabalhadora brasileira seria subtraído.

Então, vamos iniciar o diálogo, não só as discussões na Casa. Eu digo diálogo porque deveremos debater o tema com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, com as centrais sindicais. Aliás, esta semana, as centrais estiveram em Brasília – estiveram com o Presidente Renan Calheiros, com o Presidente da Câmara dos Deputados – para tratar dessa matéria e para pedir o apoio dos Congressistas no sentido de que promovam mudanças que mantenham os direitos, todos eles, Srª Presidente.

E o que eu tenho lido na imprensa é que, em decorrência dessa grande e forte mobilização que vem ocorrendo no Brasil, há um posicionamento a favor das mudanças. Esse posicionamento vem não só por parte dos trabalhadores, mas por parte dos Parlamentares – e aí há unanimidade: são os Parlamentares que não apoiam o Governo da Presidenta, são os Parlamentares que apoiam o Governo da Presidenta. Ou seja, temos quase que uma unanimidade em torno do fato de que precisamos mudar essas medidas.

Eu fico até satisfeita em ver que, diante desse quadro, é o próprio Ministério da Fazenda que já trabalha com alternativas, alternativas para buscar em outros lugares, de outras formas, a economia, o aumento da arrecadação, que não exatamente com essas medidas. Então, eu estou bastante, muito otimista em relação ao encaminhamento dessa matéria.

Outra questão em que eu entro, agora, Presidenta, Senadora Ana Amélia, diz respeito à mulher. Eu quero trazer hoje uma boa informação, mesmo porque hoje começa o Carnaval no Brasil. Pelo calendário, o Carnaval é na terça-feira, e, depois, na quarta-feira, há a Quarta-Feira de Cinzas, mas o Carnaval começa hoje. Hoje já se iniciam os desfiles das escolas de samba do primeiro grupo da maior parte dos Estados brasileiros, com exceção do Rio de Janeiro, que, por ser o Carnaval símbolo do País, começará a partir de domingo, salvo engano. Hoje começa em São Paulo, no meu Estado do Amazonas e em vários Estados brasileiros. E a boa informação que eu trago, Srª Presidente, é de que o tema empoderamento da mulher ganhará singular reconhecimento ao

ser destaque, como samba-enredo, de uma escola do grupo especial do que é uma das maiores expressões da identidade cultural brasileira: o Carnaval. Agora, neste ano, como resultado da parceria entre ONU Mulheres e Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, uma das escolas de samba mais tradicionais do País, as foliões e os foliões do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro que vão brincar o Carnaval, no Rio de Janeiro, irão sambar ao som do tema “Empoderar mulheres, empoderar a humanidade. Imagine!” Esse é o tema da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Eu vou repetir o tema da Mangueira: “Empoderar mulheres, empoderar a humanidade. Imagine!” Com o enredo Agora Chegou a Vez, Vou Cantar: Mulher de Mangueira, Mulher Brasileira em Primeiro Lugar!, a data celebrará a passagem da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. A escola de samba promoverá ainda oficinas gratuitas de formação em igualdade de gênero e eliminação da violência contra as mulheres, para a comunidade local. Pois, neste ano, nós estamos comemorando 20 anos da realização da IV Conferência Mundial das Mulheres das Nações Unidas, realizada em Beijing, no ano de 1995.

É algo que marcou muito a minha vida política, Senadora Ana Amélia, porque eu, Vereadora de Manaus, estava presente na conferência de Beijing. Foi muito interessante porque, à época, o governo era do Presidente Fernando Henrique Cardoso, meu Partido era de oposição, mas quem organizou e coordenou a representatividade brasileira na conferência foi, à época, a Primeira-Dama, a Dr^a Ruth Cardoso. E, atendendo a um apelo das Parlamentares mulheres, não as Parlamentares federais, mas as estaduais e as municipais, o Governo brasileiro garantiu a participação oficial também de deputadas estaduais e de vereadoras juntamente com as Deputadas Federais e Senadoras na representatividade do governo brasileiro. E de Manaus foram duas vereadoras.

É algo que foi marcante, sem dúvida nenhuma. Ali nós fortalecemos muitas políticas públicas importantes para as mulheres. Foi ali que conseguimos fortalecer a lei das quotas, que, 20 anos depois, carece de um balanço. E o momento é providencial, porque estamos iniciando – iniciando, não, dando continuidade, com muita ênfase, e mais: com a decisão de aprovar – a reforma política. O debate da reforma política nunca saiu do Plenário de nenhuma das Casas, mas pouco temos avançado quanto à aprovação efetiva das matérias: quando conseguimos avançar no Senado, quando conseguimos votar alguns itens da reforma política aqui, na Câmara, o projeto para; quando a Câmara avança em alguns projetos e os vota, eles chegam aqui e param. Neste ano, não. Parece que há disposição de votarmos essa matéria. Então, a Conferência das Nações Unidas de Beijing, em 1995, fortaleceu os países do mundo para que estabelecessem suas quotas.

E repito: precisamos nós as Parlamentares fazer esse balanço – e os Parlamentares também –, para entender que não a pauta da mulher somente precisa ser analisada, adaptada, atualizada, mas também, no Brasil, em relação à política, em relação à lei de quotas para as mulheres, somos chamadas a fazer esse balanço e ver onde precisamos atualizar a lei, para que ela seja efetiva, porque, infelizmente, o balanço de quase 20 anos de lei com quota não é muito positivo. É óbvio que aumentou o número de mulheres, mas num percentual irrisório. A média geral deve ter passado, Senadora Ana Amélia – V. Ex^a sabe, porque trata do tema como eu, todas nós tratamos –, de 8% ou 9% para 11%. É muito pequeno. É muito pequeno, levando-se em consideração que nós mulheres somos a maioria da sociedade. Nós mulheres somos a maioria do eleitorado brasileiro. Somos a maioria do eleitorado, mas sequer ocupamos 15%, 20% das cadeiras deste Parlamento.

Enfim, nos traz muita alegria o fato de uma escola de samba da tradição da Mangueira, da importância da Mangueira ter pactuado esse acerto com a ONU Mulheres Nações Unidas, organismo vinculado às mulheres, tendo esse belíssimo enredo.

Todas nós fomos convidadas – V. Ex^a, eu – pra estarmos lá na ala do empoderamento. Não pudemos ir, infelizmente. Gostaria muito de ter tido a possibilidade de estar no Rio de Janeiro brincando nessa ala importante, que trata da mulher, mas estarei do lado de cá, por meio da televisão – como tenho certeza de que V. Ex^a e tantos brasileiros e tantas brasileiras estarão –, admirando e torcendo.

Eu vou aqui dizer: a Mangueira não é a minha escola número 1. Por quê? Não sei, mas o brasileiro e a brasileira, desde muito cedo, elege um time de futebol, elege uma escola de samba. Eu tenho um time de futebol do meu Estado, tenho a escola de samba do meu Estado, tenho o Boi no meu Estado. Só são dois Bois, é algo muito difícil, porque é o Caprichoso e o Garantido, mas, desde muito nova, elegi o meu Boi, que é o Boi Caprichoso, mas não deixo de ter amor, reconhecimento, respeito também ao Garantido. Eu também, há muito tempo, escolhi a minha escola de samba no Rio de Janeiro, que não é a Mangueira, é a Portela. Mas, este ano, eu vou torcer para a Mangueira, Senador Cássio, por casua do enredo belo. E não só o enredo; é um enredo que se traduz em ações práticas durante o ano todo, ações de formação das mulheres, de esclarecimento, de cursos contra violência na comunidade da Mangueira.

Eu concedo aparte a V. Ex^a, Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E concede um aparte a um mangueirense.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Ah, olha aí. Que bom.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu tive a oportunidade de conhecer de perto o trabalho da Mangueira, porque, durante 12 anos da minha vida, eu morei no Rio de Janeiro. O meu pai era Prefeito de Campina Grande nos idos de 1968 e foi cassado na ditadura militar. E, após a cassação do meu pai, que foi Senador também, Ronaldo Cunha Lima, nós moramos dois anos, inicialmente, em São Paulo e, depois, moramos no Rio de Janeiro durante onze anos. Lá conheci de perto a Mangueira. O meu irmão mais velho, Ronaldo Cunha Lima Filho, já desfilou como ritmista, tocando tamborim na Mangueira em diversos Carnavais. Então, fico muito feliz em ver uma portelense torcendo pela Estação Primeira de Mangueira, pela Verde e Rosa. É claro que, no tom descontraído de Carnaval, até mesmo o Plenário do Senado Federal encontra a descontração do Carnaval brasileiro, e isso é muito bom para desanuviar as tensões que têm pairado neste plenário nos últimos dias. Então, quero cumprimentar V. Ex^a, trazer a minha palavra de reconhecimento pelo gesto de grandeza de poder deixar de lado as cores da sua escola para abraçar temas, temas envolvidos com a mulher brasileira, com o nosso povo, com a nossa gente, e desejar que possamos ter, nesta experiência fantástica que é o Carnaval brasileiro, o espaço para a divulgação da nossa cultura, da nossa arte, das nossas tradições e, também, dos nossos sonhos de um País melhor. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e pela descontração do tema.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Cássio, o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento, repetindo, apenas, como isso emociona. Creio que deva emocionar o Brasil, mas, a nós mulheres, em especial, Senadora Ana Amélia. Creio que a maioria do povo brasileiro, que assiste às escolas pela televisão, não tem conhecimento do tema da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que é a questão da mulher – “Empoderar mulheres, empoderar a humanidade. Imagine!” – e do samba da escola: Agora Chegou a Vez, Vou Cantar: Mulher de Mangueira, Mulher Brasileira em Primeiro Lugar!

Imagino a população assistindo ao Carnaval com esse tema, que toca, diretamente, o cotidiano da vida! E imagino a emoção das mulheres, daquelas que sofreram violência em algum momento da sua vida – a violência doméstica, a violência de gênero, como a chamamos. Eu imagino a emoção, Senadora Ana Amélia!

E quero fazer um desafio a V. Ex^a, Senador mangueirense Cássio! Nós não poderemos estar no Carnaval desfilando na ala do empoderamento, mas já pensou se a Mangueira vence? Acho que nós teremos o dever de ir ao desfile dos vitoriosos – ou, mesmo que ela não vença, se ela estiver lá –, em um gesto de estender a mão para a escola de samba, porque esse acerto com a ONU Mulheres foi uma coisa interessante e faz parte da iniciativa do movimento intitulado “O valente não é violento”, que a ONU Mulheres desenvolve, no mundo inteiro, no combate à violência que a mulher sofre. “O valente não é violento” é o tema das Nações Unidas no âmbito da campanha do Secretário-Geral: “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres!”

Como vemos, a alegria do Carnaval pode e está sendo uma forma criativa e descontraída de sensibilizar a sociedade e mostrar ao mundo a importância de reforçar, a cada dia, o empoderamento da metade feminina da população. Então, quero dizer parabéns à Mangueira, à ONU e à ONU Mulheres, porque utiliza este momento de alegria... Geralmente, durante o Carnaval, a violência aumenta, por causa do álcool, dos acidentes, mas estamos procurando construir um novo momento para o Carnaval, um momento de mais segurança e conscientização.

Eu devo ainda registrar hoje, Sr^a Presidente – somando à alegria do Carnaval, da Mangueira, da luta a favor das mulheres, que cresce no mundo inteiro –, com alegria, o que foi o nosso primeiro encontro. Digo nosso falando das Senadoras que têm assento nesta Casa. Somos 13 Senadoras no exercício do mandato, visto que a Senadora Kátia Abreu está exercendo a função de Ministra da Agricultura, como esteve, recentemente, a Senadora Marta à frente do Ministério da Cultura. Houve uma reunião, um café da manhã, durante esta semana, na terça-feira, na qual determinamos a pauta das atividades do mês de março.

Primeiro, eu não poderia, como Procuradora da Mulher – reconduzida que fui pelo Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, porque assim determina a resolução do Senado Federal –, deixar de agradecer o apoio que tive de todas as Parlamentares. Sem ele, eu não terei condições não de levar um trabalho, mas de coordenar minimamente um trabalho, cuja coordenação nós devemos dividir com toda a Bancada feminina, em um momento tão importante como este, de tantos debates políticos que envolvem a questão de gênero. Então, quero agradecer o apoio de todas as Senadoras.

Nesse aspecto, somos muito unidas. Não olhamos quem representa o PCdoB, quem representa o Partido dos Trabalhadores, quem representa o Partido Popular (PP), da Senadora Ana Amélia, quem está no PSDB ou no PMDB. O que nós olhamos é que nós representamos vários Estados, os quais compõem uma Nação chamada Brasil, que tem um contingente de mulheres que infelizmente sofrem muito ainda pela discriminação e que sofrem em todos os aspectos. O que nos une é o fato de sermos tão poucas aqui no Senado, tão poucas na Câmara e tão poucas, no Brasil, sobretudo, nos espaços de poder, nos espaços de tomada de decisão.

Acertamos que haverá reuniões mensais para trabalhar uma pauta anual que montaremos a partir de março, porque, na primeira reunião, nós nos detivemos em debater muito a pauta do mês de março, uma vez

que, no mês de março, o dia 8 é o Dia Internacional da Mulher. E há muito que nós não apenas utilizamos o Dia Internacional da Mulher, mas o mês de março para tratar de assuntos que digam respeito a questões de gênero e à necessidade da luta para o estabelecimento de uma sociedade que trate de igual forma ambos os sexos.

Então, determinamos a agenda do mês, da qual passo a falar e a dar conhecimento público desta tribuna neste momento.

Achamos por bem, como eu disse aqui, que não só o dia 8 de março, mas todo o mês seja celebrado como o mês da mulher, a partir de uma agenda construída em consenso entre nós, as Senadoras e as Deputadas Federais, porque tudo o que nós organizaremos e realizaremos será feito em conjunto pelas Senadoras e pelas Deputadas Federais. Somos apenas 13 Senadoras e em torno de 45 Deputadas Federais. Num universo aqui de 81 Senadores, somos 13. E lá, de 513 Deputados, somos 45. Ou seja, é um número insignificativo, que, costume dizer, deve ser motivo de constrangimento não para o governo A ou B, mas para a própria Nação, para o próprio Estado brasileiro.

O nosso tema prioritário, definido por unanimidade, que será a logomarca de todo o mês de março e das nossas mobilizações durante estes primeiros meses de trabalhos legislativos, será a reforma política, Senador Cássio. Mas a reforma política tem de ser inclusiva em relação ao gênero feminino. Nós a compreendemos como um passaporte – nós, mulheres, estamos compreendendo a reforma política como um passaporte – para que possamos mudar a realidade extremamente perversa da representação da mulher no Parlamento brasileiro. Ela é perversa não só para as mulheres, mas para o sistema democrático, porque um Parlamento que se mantém há décadas com apenas 10% de representação feminina não pode ser considerado um Parlamento democrático e inclusivo, tampouco nossa democracia pode ser considerada uma democracia forte.

Repito: no nosso sistema democrático, mais da metade da população, que são as mulheres, está alijada do poder. E ainda há alguns ou até mesmo algumas que dizem: “Mas a mulher não está empoderada, não está no Parlamento, porque não quer.” Essa não é uma assertiva real, que corresponda à realidade. A mulher não está no poder não porque não quer ou porque não leva jeito, como dizem os homens, mas porque não tem espaços. As argentinas, as uruguaias, as americanas, as colombianas, as venezuelanas, enfim, têm aptidão. E a mulher brasileira não a tem? O que é isso? É que lá elas contam com um sistema eleitoral que favorece muito mais sua presença no Parlamento do que aqui em nosso País.

A proposta de consenso independe, repito aqui, dos partidos políticos.

Esperamos que esse esforço concentrado faça com que nossa representação alcance... Senadora Ana Amélia, o que estamos fazendo, o movimento que estamos iniciando é um movimento muito forte, porque o nosso objetivo, como todas disseram – V. Ex^a deu ideias magníficas –, é pular da média de 10% para 25% ou 30%. Assim fizeram os países, deram esse salto, e esse salto é possível que seja dado.

Então, nós definimos que teremos uma próxima reunião logo após o Carnaval, no dia 24. Já estamos trabalhando com a Consultoria. Aliás, já consultamos vários juristas que tratam de legislação eleitoral, de sistema eleitoral, para que nos ajudem. Dentro de cada sistema eleitoral que se põe à mesa, Senadora Ana Amélia, nós apresentaremos a nossa proposta. Para esse sistema, nós defendemos isso; para aquele sistema, nós defenderemos aquilo, de tal forma que a gente possa alcançar, no mínimo, um quarto de presença das mulheres nos Parlamentos do Brasil inteiro.

Nossas atividades terão início no dia 3, quando ocorrerá a instalação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – já estou concluindo –, que foi anunciada aqui pelo Presidente Renan Calheiros e que é uma Comissão fruto de uma resolução, aprovada no passado, de iniciativa da CPMI de Violência contra as Mulheres.

No dia 4, às 11 horas, no Salão Branco, teremos a abertura da exposição fotográfica “3 em 1”. O que significa “3 em 1”? Empoderamento das mulheres, violência e saúde. É uma exposição promovida pelo Banco Mundial, que está percorrendo os Parlamentos do mundo inteiro. Então, no dia 4, às 11 horas, teremos a inauguração dessa exposição na Chapelaria, no Salão Branco do Congresso Nacional.

No dia 5, teremos o primeiro debate desta Legislatura, organizado pela bancada feminina, mas com a presença de homens, obviamente, porque nós os convidaremos, o que faz parte do nosso projeto “Quintas Femininas”, com pautas femininas, para tratarmos da reforma política sob a ótica de gênero.

No dia 11, neste plenário, em sessão solene do Congresso Nacional alusiva ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, faremos a entrega do prêmio Bertha Lutz, em que figuras importantes, simples, todas elas reconhecidas na luta pelo combate à discriminação de gênero, estarão presentes. Entre elas, quero simbolizar as seis mulheres que serão homenageadas neste ano através da Ministra Cármen Lúcia, que é a Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, que já presidiu, com muita competência, o TSE, a Justiça Eleitoral brasileira, e que futuramente será a Presidenta do nosso Supremo Tribunal Federal.

Nos dias 12, 19 e 26, nós prepararemos possivelmente a realização de grandes debates em Brasília ou fora de Brasília acerca da reforma política e da inclusão de gênero.

No dia 11, ou melhor, no dia 18, inauguraremos outra exposição acerca das Memórias Femininas na Construção de Brasília.

No dia 17, haverá uma recepção, uma apresentação por parte do Congresso Nacional, da Secretaria de Mulheres da Câmara, da Procuradoria da Mulher, da bancada feminina do Senado e da Câmara às embaixadoras de países que servem no Brasil e também, por sugestão do Senador Cristovam, que aqui está, às embaixadoras brasileiras que atuam no âmbito do Itamaraty, para que, cada vez mais, possamos mostrar que nossa luta, a luta das mulheres, é uma luta internacionalista, porque a discriminação é vivida aqui e nos países mais desenvolvidos também.

Então, Senadora Ana Amélia, é com muita alegria que faço este pronunciamento neste momento. Não posso encerrar sem repetir aqui minhas saudações efusivas à ONU Mulheres e à Mangueira, porque o Carnaval, que tem um sabor especial todos os anos, terá neste ano um sabor mais especial ainda para todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia, inclusive pela sua benevolência quanto ao tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP-RS) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu a cumprimento pela manifestação, pelas iniciativas da Procuradoria da Mulher, que, a partir desta Legislatura, contará também com uma mudança no Regimento, para que a escolha da Procuradora seja uma escolha democrática, uma escolha entre as Senadoras que compõem este Colegiado tão importante. E a Senadora Vanessa terá, sem dúvida, um papel relevante, por ter sido a primeira, no sentido de dar continuidade.

A eleição serve para democratizar, assim como nós entendemos que a composição da Mesa deve seguir o critério da proporcionalidade. No caso da Procuradoria, não há o problema da proporcionalidade, mas deve haver democracia na escolha da Procuradora.

Ela está em boas mãos. A Senadora Vanessa teve todo o apoio de todas as Senadoras para continuar ali, a despeito de ser essa uma decisão exclusiva do Presidente da Casa, porque o Regimento assim determina. Mas, no próximo exercício legislativo, a gente vai fazer uma escolha entre as Senadoras, de maneira democrática, não necessariamente pela proporcionalidade, porque alguns partidos têm maior representação.

Nem todos estão ali. Então, será pelo número de mulheres. Eu acho que esse é um critério mais adequado e correto, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Perfeito! Se V. Exª me permite a intromissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Já fiz um longo pronunciamento. Eu ia tocar nesse assunto, mas, como eram muitos os tópicos nesse tema, Senadora Ana Amélia, acabei não falando a respeito disso.

Como V. Exª mesma disse, essa é uma decisão importante. A gente sabe que as conquistas não vêm todas de uma vez, mas em partes. É uma ideia que existe desde que surgiu a Procuradoria, que nasceu no Senado, da mesma forma que nasceu na Câmara. Entretanto, o tempo de vida da Procuradoria da Câmara é bem maior do que a do Senado. Nós trilharemos por esse caminho. Assim como conseguimos o apoio da Casa, daqueles que, há três anos, foram candidatos a Presidente da Casa, nós conseguiremos daqui a dois anos o total apoio. Aliás, espero que antes possamos aprovar a mudança na Resolução do Senado Federal, garantido essa autonomia à bancada feminina, que se diferencia de tudo, como V. Exª disse.

Eu não gostaria que, daqui a alguns anos, vivêssemos o problema que a Câmara vive hoje: apesar de ter dado avanços significativos, a Presidência, agora, quer mudar as regras estabelecidas pelas mulheres, porque estas não estão muito claras no Regimento. V. Exª disse, com toda a razão, que nós, mulheres, precisamos ter a autonomia de escolher e determinar quem deve estar à frente dessa Procuradoria, que passa a ser muito importante para todas nós.

Muito obrigada mais uma vez pelo apoio, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Parabéns, Senadora Vanessa, pelo envolvimento nesta causa e também pela lembrança de D. Ruth Cardoso, que, na Conferência da ONU Mulheres em Pequim, liderou a representação brasileira!

Foi marcante aquele momento. Eu acompanhava de longe esse processo e penso que foi um divisor de águas. Especialmente numa sociedade como a chinesa, levar esse debate foi realmente relevante. Houve o engajamento de vários segmentos femininos brasileiros naquele processo, com a participação dos movimentos sociais, dos Parlamentos, dos Municípios, das Vereadoras, com a atitude do Governo brasileiro em compor uma representação sob a liderança de uma antropóloga que lamentavelmente nos deixou, a Profª Ruth Cardoso, que teve, sob a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, um envolvimento muito grande na questão da mulher, nas questões sociais, especialmente em relação à fome.

Parabéns, Senadora, por ter se referido a essa conferência!

Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu lhe agradeço, Senadora Ana Amélia. Acredito que V. Ex^a irá usar a tribuna, mas, antes de termos o privilégio de ouvi-la mais uma vez, requeiro a V. Ex^a a inscrição nos Anais desta Casa do editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* da data de hoje, 13 de fevereiro de 2015, mais conhecido como *Estadão*. Peço vênica a V. Ex^a para fazer a leitura, a fim de que todos possam analisar o editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje.

O PT no contra-ataque

Já que o governo não consegue sair das cordas, o PT resolveu que é hora de salvar a própria pele. O presidente nacional do partido, Deputado Estadual Paulista Rui Falcão, interpretando o sentimento de profunda apreensão que assalta os petistas às vésperas do ingresso da Operação Lava Jato na fase de indiciamento dos políticos envolvidos no escândalo da Petrobrás, anunciou a decisão de interpelar a força-tarefa daquela operação – ou seja, a Polícia Federal e o Ministério Público – e também os investigados que estão fazendo acordos de delação premiada. A tese de Falcão é que os delegados e procuradores federais estão criando condições para que a operação se transforme em instrumento da oposição para “criminalizar” o PT.

Por sua vez, obedecendo à orientação do Palácio do Planalto – que responde ao aumento da pressão do partido para que o governo cumpra sua parte, que é a de pelo menos defender a presidente da República –, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, valeu-se de entrevista ao Estado para requestrar a tática lulopetista de dividir o País entre “nós” e “eles”. Para Cardozo, “eles” estão tentando “apagar o passado e criar um clima passional” contra Dilma Rousseff.

Em ambas as manifestações, fica clara a intenção de aplicar a velha tática diversionista: se não dá para sair do buraco, traga os inimigos para dentro dele. No que se refere ao escândalo da Petrobrás, por exemplo, o PT já não se dá ao trabalho de negar que membros importantes do partido tiveram participação na esbórnia. Empenham-se agora em demonstrar que “eles” também têm culpa. O Ministro da Justiça insistiu em que “os depoimentos da Lava Jato mostram que a corrupção da Petrobrás começa muito antes do governo Lula”. Também Rui Falcão bateu na tecla de que os indícios de corrupção nos governos do PSDB devem ser “devidamente investigados”.

De qualquer modo, já é um avanço Cardozo admitir que houve corrupção na Petrobras. Até pouco tempo atrás, qualquer menção a esse assunto era repelida pelos petistas sob o argumento de que por detrás das denúncias se ocultava a intenção dos inimigos do povo de privatizar a estatal.

Há que se reconhecer ainda que o Ministro da Justiça evoluiu também em outro ponto importante: “O caixa 2 eleitoral, por exemplo, tem que ser considerado crime.” Sem efeito retroativo, obviamente, diria Delúbio Soares, o campeão [novamente com aspas] dos “recursos não contabilizados”.

Preocupado em aliviar o peso das acusações contra seu partido, que só aumentará na próxima fase da Lava Jato, Rui Falcão insiste na afirmação de que todas as doações de empreiteiras para campanhas eleitorais do PT foram [abre aspas] “feitas legalmente”. É até provável que seja isso mesmo. Mas a formalização legal de uma doação não elide o fato de ela ter sido o produto de um arranjo criminoso. E é disso que se trata.

Em seu pronunciamento, ao contestar o trabalho da força-tarefa que investiga o escândalo, Falcão acabou comprometendo a posição oficial do Governo Dilma, que procura fazer crer que o escândalo só existe porque ele, o Governo petista, autorizou, apoia e estimula as investigações. Além disso, Falcão acabou admitindo, implicitamente, com uma frase infeliz, a participação do PT na farra da propina: “Se disserem que a gente recebeu dinheiro de propina, é porque os demais também receberam.” “Também” receberam? O Presidente do PT traduziu a preocupação de todo o partido de blindar o tesoureiro da legenda, João Vaccari Neto, de acusações sobre propinas. A mobilização que Falcão articula se deve ao papel de grande e reconhecida importância e competência com que o tesoureiro petista se empenha, há uma década, no trabalho vital de captação de recursos para as atividades partidárias, particularmente as dispendiosas campanhas eleitorais. Favorece também a imagem de Vaccari dentro do partido seu desempenho à frente da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), que lhe trouxe problemas com muitos cooperados, a polícia e a Justiça, mas deixou feliz gente da nomenclatura petista, inclusive Lula.

A contraofensiva petista está armada para tentar impedir que as investigações da Operação Lava Jato devastem o partido. Resta saber se haverá dedos suficientes para tapar todos os buracos que não param de surgir no imenso dique que ainda retém o mar de lama.

Esse é o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, para o qual peço mais uma vez a transcrição nos *Anais da Casa*, que calha com o pronunciamento que realizei ontem, na tribuna da Casa, quando eu chamava exatamente a atenção para essa prática e essa conduta diversionista que se utiliza de tentar impedir as investigações do presente apontando para o passado. Que se investigue o Brasil desde a Coroa portuguesa. Não há problema que se investigue da Coroa portuguesa até a presente data, mas que esse argumento não possa ser utilizado para impedir que as investigações que estão em curso sejam desviadas do seu foco, que é a atenção central do povo brasileiro, que não suporta mais tanta corrupção, tantos desmandos e que leva a sociedade e a Nação brasileira a um clima de desesperança, de desencanto.

A grande cantora brasileira Maria Bethânia, hoje, se dizia sentindo pena do Brasil. Depois de algumas conquistas, Senador Cristovam, que alcançamos, há um ambiente de retrocesso com tudo isso que está sendo revelado, mas o Brasil ganhará e crescerá com a revelação de todos esses acontecimentos. Estamos aqui para defender as investigações e a punição rigorosa dos eventuais culpados.

Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do registro.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido no art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “O PT no contra-ataque”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, no dia 13 de fevereiro de 2015.

O PT no contra-ataque

O Estado de S.Paulo

13 Fevereiro 2015 | 02h 03

Já que o governo não consegue sair das cordas, o PT resolveu que é hora de salvar a própria pele. O presidente nacional do partido, deputado estadual paulista Rui Falcão, interpretando o sentimento de profunda apreensão que assalta os petistas às vésperas do ingresso da Operação Lava Jato na fase de indiciamento dos políticos envolvidos no escândalo da Petrobrás, anunciou a decisão de interpelar a força-tarefa daquela operação - ou seja, a Polícia Federal e o Ministério Público - e também os investigados que estão fazendo acordos de delação premiada. A tese de Falcão é que os delegados e procuradores federais estão criando condições para que a operação se transforme em instrumento da oposição para "criminalizar" o PT.

Por sua vez, obedecendo à orientação do Palácio do Planalto - que responde ao aumento da pressão do partido para que o governo cumpra sua parte, que é a de pelo menos defender a presidente da República -, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, valeu-se de entrevista ao **Estado** para requestrar a tática lulopetista de dividir o País entre "nós" e "eles". Para Cardozo, "eles" estão tentando "apagar o passado e criar um clima passional" contra Dilma Rousseff.

Em ambas as manifestações fica clara a intenção de aplicar a velha tática diversionista: se não dá para sair do buraco, traga os inimigos para dentro dele. No que se refere ao escândalo da Petrobrás, por exemplo, o PT já não se dá ao trabalho de negar que membros importantes do partido tiveram participação na esbórnica. Empenha-se agora em demonstrar que "eles" também têm culpa. O ministro da Justiça insistiu em que "os depoimentos da Lava Jato mostram que a corrupção da Petrobrás começa muito antes do governo Lula". Também Rui Falcão bateu na tecla de que os indícios de corrupção nos governos do PSDB devem ser "devidamente investigados".

De qualquer modo, já é um avanço Cardozo admitir que houve corrupção na Petrobrás. Até pouco tempo atrás, qualquer menção a esse assunto era repelida pelos petistas sob o argumento de que por detrás das denúncias se ocultava a intenção dos inimigos do povo de privatizar a estatal.

Há que se reconhecer, ainda, que o ministro da Justiça evoluiu também em outro ponto importante: "O caixa 2 eleitoral, por exemplo, tem que ser considerado crime". Sem efeito retroativo, obviamente, diria Delúbio Soares, o campeão dos "recursos não contabilizados".

Preocupado em aliviar o peso das acusações contra seu partido, que só aumentará na próxima fase da Lava Jato, Rui Falcão insiste na afirmação de que todas as doações de

empreiteiras para campanhas eleitorais do PT foram "feitas legalmente". É até provável que seja isso mesmo. Mas a formalização legal de uma doação não elide o fato de ela ter sido o produto de um arranjo criminoso. E é disso que se trata.

Em seu pronunciamento, ao contestar o trabalho da força-tarefa que investiga o escândalo, Falcão acabou comprometendo a posição oficial do governo Dilma, que procura fazer crer que o escândalo só existe porque ele, o governo petista, autorizou, apoia e estimula as investigações. Além disso, Falcão acabou admitindo, implicitamente, com uma frase infeliz, a participação do PT na farra da propina: "Se disserem que a gente recebeu dinheiro de propina, é porque os demais também receberam". "Também" receberam?

O presidente do PT traduziu a preocupação de todo o partido de blindar o tesoureiro da legenda, João Vaccari Neto, de acusações sobre propinas. A mobilização que Falcão articula se deve ao papel de grande e reconhecida importância e competência com que o tesoureiro petista se empenha há uma década no trabalho vital de captação de recursos para as atividades partidárias, particularmente as dispendiosas campanhas eleitorais. Favorece também a imagem de Vaccari dentro do partido seu desempenho à frente da cooperativa habitacional dos bancários, a Bancoop, que lhe trouxe problemas com muitos cooperados, a polícia e a Justiça, mas deixou feliz gente da nomenclatura petista, inclusive Lula.

A contraofensiva petista está armada para tentar impedir que as investigações da Operação Lava Jato devastem o partido. Resta saber se haverá dedos suficientes para tapar todos os buracos que não param de surgir no imenso dique que ainda retém o mar de lama.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Senador Cássio Cunha Lima, na forma regimental, a solicitação feita à Mesa por V. Exª será atendida, com a transcrição do editorial referido de *O Estado de S. Paulo* nos *Anais da Casa*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF. Sem revisão do orador.) – Senador, eu creio que é muito oportuno o que fez o Senador Cássio, mas eu queria fazer uma especulação em cima disso.

Esse editorial, para mim, é uma excelente defesa para se acabar com contribuição de empresas às campanhas eleitorais. Todas as contribuições hoje estão sob suspeição. Todos nós aqui, praticamente, já recebemos contribuição de empresa. Eu já recebi. De construtoras também. Mas qualquer um de nós hoje é suspeito de ter recebido para favorecer um interesse ou outro. Mesmo em relação àqueles que não têm a menor influência na Petrobras – e eu não tenho nenhuma, nenhuma, nenhuma –, as pessoas perguntam: “Devem estar dando hoje para o dia em que tiverem influência, daqui a quatro, oito anos.”

Deve-se acabar com contribuição de empresa às campanhas eleitorais. Que as contribuições sejam privadas, pessoais, e num teto, num limite. A não ser que a gente dissesse: “Empresa que fizer uma doação jamais poderá receber qualquer benefício do Governo.”

E aí não existe. Uma empresa de automóveis não recebe dinheiro direto, mas recebe isenção fiscal, o que, indiretamente, beneficia a mesma.

Esse editorial é muito importante. Acho que, de fato, deve-se apurar tudo. Essa história de colocar a culpa nos outros também não cabe, até por uma razão. Eu, tendo sido filiado ao PT, quando dizem que os outros partidos fazem o mesmo, eu digo: “Mas nós prometíamos que não íamos fazer, nós dizíamos que éramos diferentes.” Então, não adianta dizer que os outros faziam. Agora, tem de apurar também de todos os outros.

Está na hora de acabar com uma das bases da corrupção, que é a contribuição de empresas a campanhas eleitorais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – É uma boa reflexão, Senador Cristovam, até por que isso está permitindo misturar todo mundo num cesto só. Então, é preciso também separar o joio do trigo nesse processo. O sistema de contribuições é legal no sistema de hoje, mas não podemos fazer isso. Cumpre-se a lei, mas os critérios são outros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Parlamentares que foi convocada sessão conjunta, do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 24 de fevereiro do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e apreciação das seguintes matérias: Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015; Vetos Presidenciais nºs 31 a 34, de 2014; e Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – A Presidência também comunica às Srªs e aos Srs. Parlamentares que foi convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 26 de fevereiro do corrente, quinta-feira, às 11 horas, no plenário do Senado, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 85, de 2015, que altera e adiciona dispositivos da Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Como próxima oradora inscrita, tenho a elevada honra de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, que, em outras oportunidades, no exercício da Presidência, fez gesto igual de me conceder a palavra.

Com a palavra a Senadora que representa o Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa, que fala ao Brasil inteiro sempre com muita decência, dignidade e altivez, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Cássio Cunha Lima, representante da Paraíba, onde foi Governador. Agora representa tão bem esse Estado, que nós também, gaúchos, respeitamos muito pela história, pela cultura, pelas tradições, pelas festas populares, que são tão conhecidas no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da TV Senado, eu estava aí, presidindo a sessão e ouvindo as suas palavras, as reflexões do Senador Cristovam Buarque, e resolvi meter a minha colher também nessa reflexão, Senador.

Ao longo desta semana e até a partir desse editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, a gente percebeu manifestações no sentido de que parece que estamos vivendo momentos muito contraditórios. Um Senador do Partido dos Trabalhadores, aqui, atacando violentamente a atitude da oposição, como se a oposição estivesse infernizando o Governo por ser minoria. Não conseguiu sequer ter participação na Mesa. Eu não sou de oposição, mas eu tenho a racionalidade e procuro ter o bom senso e o equilíbrio de olhar as coisas como elas são. Aí, fiquei refletindo sobre a queixa do Senador petista, reclamando das atitudes e das críticas da oposição.

Imaginei: será que esse Senador, olhando para trás, não imagina como foi o PT na oposição aos governos, quando ele era oposição? Era duro! Inviabilizava votações. De fato, infernizava o Congresso. Fazia barulho, muito barulho! Mobilizava céus e terra. Pobre governo.

Lembro até muito bem de uma viagem presidencial – eu era jornalista – aos Estados Unidos. O Presidente era Bill Clinton, e Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Brasil. Cobri muitas viagens, desde 1979. Tive o privilégio de acompanhar viagens presidenciais de todos os Presidentes de 1979 até Lula.

Naquele momento, Clinton vivia um dilema de maioria e minoria. E lá são praticamente dois partidos.

E o Clinton reclamava da oposição. Fernando Henrique disse para ele: “Eu tenho uma maioria desorganizada e uma oposição organizada.” Era o oposto lá, nos Estados Unidos.

Exatamente a oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, que não assinou a Constituinte, que não participou de colégio eleitoral, hoje reclama, como se não pudesse a oposição ter o direito de fazer o seu papel: fiscalizar, exigir explicações do Governo, criticar, sobretudo a incoerência, as coisas que foram ditas numa campanha eleitoral. Agora, vemos todos nós que aquela realidade mostrada pelo Sr. João Santana é muito diferente da realidade que nós estamos vivendo no País, tão diferente que o Banco Central anuncia, hoje, um processo de recessão; está iniciando, Senador Cristovam, um processo de recessão. Os juros aumentaram, os combustíveis. É um tarifaço. Tudo! É uma realidade bem distinta daquela, e é disso, Senador Cássio, é disso, Senador Cristovam, que a população reclama. A população se sentiu enganada. A população acreditou e, de boa-fé, deu um voto de confiança.

A credibilidade, a confiança na área política é um valor muito sério. Quando se perde isso, esse valor chamado credibilidade, não há oposição que faça mudar o comportamento e a atitude da população. Fica na voz corrente.

Quando a pessoa vai abastecer a sua motinho barata, o seu carro velho no posto de gasolina, ela vive o dilema no seu dia a dia, e é essa pessoa que, hoje, está reclamando. Não é o discurso aqui, o nosso discurso, que é parte do processo político, mas é o dia a dia das pessoas, do cidadão.

É exatamente esse o conflito que, hoje, o Governo precisa administrar com a devida competência. Caso contrário, continuará esse esboramento desse valor fundamental que é a credibilidade; credibilidade para adotar medidas sérias do ajuste fiscal que são necessárias.

Estaremos aqui para discuti-las, sem reduzir, “nem que a vaca tussa” – todo mundo lembra –, o direito dos trabalhadores.

O problema do Seguro-Desemprego não é problema do seguro que foi uma conquista das centrais sindicais. Não é. É falta de administração e de gestão no sistema, que hoje consome R\$48 bilhões, enquanto o Bolsa Família, R\$24 bilhões. Então, há falta de uma estrutura administrativa para fiscalizar e evitar fraudes. Isso está em todos os lugares.

No Ministério da Saúde, o ex-Ministro, que foi candidato ao Governo de São Paulo, assumiu, admitiu que pôde economizar R\$2 bilhões na compra de medicamentos, simplesmente por haver uma transparência maior nas compras eletrônicas. Isso é gestão. Isso é gestão, todos sabem. O problema não é apenas de recursos, mas de gestão de qualidade.

Eu ia começar falando sobre Carnaval, acabei também colocando minha colher nesse processo, porque não é só na área política.

Vou ler uma declaração que também me chamou a atenção hoje. Não vou citar o nome, só o fato relevante, porque o assunto, ontem, foi a decisão da Justiça italiana de autorizar a extradição do brasileiro Henrique Pizzolato, que estava envolvido no mensalão. A declaração é a de que só um fato relevante fará o governo da Itália não extraditar Pizzolato:

E eu penso até não seja o caso. [...] Há uma decisão da justiça brasileira e, na medida que esteja ao meu alcance, eu gostaria de poder fazê-la cumprir. [...] [A entrega do réu é necessária e justa; caso contrário] haverá um fato real e concreto de impunidade já que há uma decisão transitada em julgado.

Tudo correto. Tudo correto. Só que, quem fez essa declaração não é ninguém mais, ninguém menos do que o Ministro da Suprema Corte brasileira, Roberto Barroso, que foi o advogado de Cesare Battisti, de quem a Itália pediu extradição. O que será que o Ministro Barroso diria se um magistrado da Suprema Corte italiana fizesse essa declaração em relação a Cesare Battisti?

Nós estamos, no País, assim: um dia, de um lado; no outro dia, de outro. Um dia, de um lado; outro dia, de outro. Em quem o povo vai acreditar?

São instituições distintas – falei da credibilidade do Executivo – que a população está julgando. Não somos só nós. É o povo.

Agora, essa declaração, eu não sei se estou errada nessa avaliação, mas, de certa forma, me surpreende a contradição por ter o Sr. Roberto Barroso advogado a permanência de um réu condenado na Itália, um país com as instituições democráticas em pleno vigor. Ele representou o Ministério da Justiça na defesa da permanência, e o Supremo, aqui, autorizou a extradição. O Ministério da Justiça, o Ministro Tarso Genro defendeu, com a aquiescência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ele continua aqui, impunemente. Então, para ele pode haver impunidade; para o Pizzolato, não.

Por que as pessoas mudam tanto, pessoas que não poderiam estabelecer essa atitude contraditória?

Eu fico muito grata com o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF) – Eu até gostaria do aparte mais no final para respeitar a sua linha de raciocínio, mas essa sua colocação de que, às vezes, está de um lado e, às vezes, está de outro é algo realmente frustrante. E o pior é que, se você tenta ficar no mesmo lado, as pessoas que mudam de lado dizem que você é que mudou de lado. Isso é incrível, porque eles estão de um lado, mudam de lado e dizem que você, que continua no seu, mudou de lado. Essa é uma das doenças da política hoje no Brasil. As pessoas veem conforme querem ver, de acordo com aquele lado por que optaram naquele momento. Eu não sabia que o Ministro Barroso tinha sido advogado do Cesare Battisti. Eu não me lembrava, de jeito nenhum. Mas isso mostra como nós temos duplo julgo conforme o momento, mas o pior, volto a insistir, é que aquele que procura ficar sempre no seu lado, enquanto os outros estão mudando, é acusado de mudar de lado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Aliás, lembro-me muito bem, no emba-te desse tema, da presença do Senador Pedro Taques, agora Governador do Mato Grosso, que foi, eu diria, cirúrgico no exame dessa questão, com o conhecimento jurídico do Ministério Público Federal que ele tem, e, portanto, fez uma análise correta.

Então, eu, ao ler essas declarações, hoje, na imprensa, fiquei muito perplexa. De que lado? Eu estou do mesmo lado. Eu imaginava, naquele momento, que a atitude do Governo brasileiro seria respeitar e acolher a decisão da Suprema Corte.

Agora, conforme as conveniências, muda-se. E é isso que leva à descrença no comportamento, nas atitudes, na responsabilidade dos agentes públicos, seja do Judiciário, seja do Legislativo, seja do Executivo, ou de outras instituições, como o Ministério Público também.

Eu continuo acreditando nas instituições, no Poder Judiciário – confio muito no trabalho exemplar que o Juiz Sérgio Moro está realizando –, na Polícia Federal, no Ministério Público. Que Deus nos proteja e que este País tão rico, tão grande, que agora vai fazer uma festa fantástica, que é o Carnaval, possa, de fato, reencontrar valores que estamos, ao longo do tempo, vendo se perderem por um caminho que é triste, que estamos vendo ir pelo ralo.

Recebi, Presidente Cássio Cunha Lima, porque estamos chegando ao Carnaval, hoje começa essa festa popular conhecida no mundo inteiro, do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Rio Grande do Sul, de Deolindo Paulo Carniel, uma correspondência que me deixou muito preocupada.

Acontece que a 9ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, comunicou o fechamento de postos da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul. No dia 10 de dezembro de 2014, o próprio Sindicato remeteu o comunicado ao superintendente, solicitando providências no sentido de solucionar a alarmante redução do contingente da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a política de fechamento dessas unidades tem sido a solução encontrada para combater a falta do efetivo policial, em total desrespeito aos cidadãos que utilizam as rodovias federais, escreveu, na mensagem que me encaminhou, o Deolindo Paulo Carniel.

Nos últimos anos, foram procedidos os fechamentos de postos de Terra de Areia, no litoral do Rio Grande do Sul, Lagoa Vermelha, na região nordeste do meu Estado – cidade onde nasci, por isso tenho grande carinho por Lagoa Vermelha –, Porto Alegre, o antigo posto fiscal do ICMS, na Ponte do Guaíba, São Marcos, que é na região da serra, a capital dos caminhoneiros, Parque Eldorado, Gravataí, na região metropolitana, Dom Pedrito, na fronteira, São Gabriel, Carazinho, em uma região extremamente movimentada – teremos, agora, no mês de março, a Expodireto, que é na vizinhança, na cidade de Não-Me-Toque, uma das mais importantes feiras de agronegócio do País, que reúne agricultura familiar, produtores e cooperativas –, Tabaí, que é na região central, no coração do eixo rodoviário do nosso Estado, Pinheiro Machado, na metade sul do Estado, e Santo Antônio da Patrulha, também no litoral.

Em 2014, apenas 500 policiais rodoviários Federais foram nomeados em todo o País, um número insuficiente para repor as saídas da corporação nos últimos anos, ou seja, a reposição daqueles que se aposentaram. E o pior de tudo: apenas 24 policiais rodoviários foram lotados, desse total, no Rio Grande do Sul. Só 24 dos 500! Um verdadeiro desrespeito – disse ele – com a sociedade gaúcha. Só no ano passado, mais de 80 policiais se aposentaram no Rio Grande do Sul. Por outro lado, 500 policiais rodoviários federais já formados e prontos

a assumir suas funções aguardam nomeação, que deveria ocorrer antes da Copa do Mundo de 2014, e ainda não foi efetivada. Também existem 766 aprovados no último concurso aguardando convocação para realizar o curso de formação policial. Cabe também frisar a extrema importância da realização de novo concurso para 1.500 vagas, processo que já tramita junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assim sendo, ele pede que continuemos a reforçar a necessidade de que as pessoas que fizeram o concurso, foram aprovadas e já se submeteram ao curso de treinamento sejam contratadas pelo Governo Federal e assumam essa responsabilidade, na reclamação justa e ponderada do Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Deolindo Paulo Carniel.

Aliás, a situação preocupa ainda mais porque as estradas federais que cruzam o Rio Grande do Sul acumulam recordes de acidentes e estão, lamentavelmente, entre as mais perigosas do País. As BR-116 é a mais perigosa do Estado. A BR-290 e a BR-386, e também as rodovias estaduais ERS-122 e ERS-239, infelizmente, fazem parte das indesejáveis e trágicas estatísticas do trânsito, com acidentes com vítimas fatais e pessoas gravemente feridas.

Só no ano passado, foram quase três mortes por dia – três mortes por dia! – nas estradas federais e estaduais gaúchas, ou seja, 991 mortes ao longo do ano. Isso é uma tragédia.

Apesar da redução de 3,7% do número de acidentes em relação ao ano de 2013, os especialistas do Laboratório de Sistemas de Transportes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul avaliam que não se trata de uma tendência de queda, mas apenas de estabilização. E, é claro, quanto mais a Polícia Federal estiver presente, melhores serão as condições para controlar ou minimizar esse impacto tão negativo, Senador Cássio, Senador Cristovam, que não é só sobre as perdas das famílias envolvidas nos acidentes, mas sobre o impacto na Previdência Social, porque a pessoa fica inutilizada, incapacitada para o exercício do trabalho. E em geral são jovens. Em casos que envolvem motos, por exemplo, sempre são jovens de 18 a 24 anos. Então, há mais esse sistema. Hoje, nas UTIs, o maior número de internamentos é de vítimas de acidentes envolvendo motocicletas ou veículos. Essa é uma verdadeira epidemia, que hoje preocupa as autoridades de saúde.

Entre as medidas apontadas pelos especialistas para redução dos acidentes estão aumento dos valores das multas por ultrapassagem irregular, efetiva fiscalização com novos equipamentos e pessoal, pardais, por exemplo, e maior conscientização por parte do motorista.

Talvez a responsabilidade do motorista no trânsito seja o principal, porque não adianta haver leis e fiscalização se o condutor não tiver responsabilidade. Por exemplo, agora, no Carnaval, não dirigir depois de ter ingerido bebida alcoólica – isso é fundamental – ou ter consumido algum tipo de droga, algum tóxico, e a prudência de respeitar os limites de velocidade e acostamentos.

Aqui em Brasília, fui a Vicente Pires, Senador Cristovam, que V. Ex^a conhece bem, e contei, é claro, na hora do pico, na hora do *rush*, na saída do Plano Piloto para as satélites... Aliás, não deu para contar o número de carros querendo ultrapassar ou chegar primeiro usando o acostamento. Ali estão pessoas, às vezes há uma parada de ônibus, não dá bem para ver, e uma pessoa está parada ali. Por isso tantas pessoas que estão paradas esperando morrem, porque vem um irresponsável e as atropela.

Eu fiquei impressionada. O que é isso? É a impaciência, é a deseducação, é a irresponsabilidade, não dirigindo conforme as normas. E, por mais perfeita que seja a lei, não é ela que faz mudar; o que faz mudar é a atitude e a consciência do motorista.

Queria, também, lembrar – e estou terminando, Sr. Presidente – que as condições de tráfego nas rodovias também são apontadas como fatores determinantes – buroqueira, por exemplo – para a ocorrência de acidentes. Falta de sinalização, obras atrasadas, falta de duplicação ou de passarelas especialmente em áreas com grande movimentação de pedestres, demora nos processos licitatórios em relação a importantes trechos rodoviários e elevado fluxo de veículos, sobretudo de caminhões, estão entre alguns dos motivos que tornam perigosos os deslocamentos nas estradas brasileiras. Mas é o comportamento dos motoristas uma das principais causas dos graves acidentes que se acumulam todos os anos, em todo o País, especialmente durante o Carnaval.

A combinação catastrófica de volante, álcool ou drogas, aumenta muito as chances de morte no trânsito. Avaliação divulgada nesta semana pela Polícia Rodoviária Federal mostra que a maior parte das colisões são causadas por falha humana, como falta de atenção (32%), dirigir em velocidade acima do que é permitido para aquela via (20%) e ultrapassagens indevidas (12%).

A colisão traseira representa a maioria dos acidentes, porém, não é a mais letal. O tipo que mais mata nas estradas brasileiras, segundo as autoridades policiais, são as batidas frontais e os atropelamentos – isso que eu falei, agora, de ultrapassar pelo acostamento. Entre as ocorrências, estão também os roubos de cargas, que, em 2013, subiram 14%, em relação a 2012. Foram 359 casos em todo o País no ano retrasado.

Por isso, a Polícia Rodoviária Federal inicia, hoje, a Operação Carnaval 2015, mais abrangente, chamada de “Operação Integrada Rodovida”. Um dos principais focos dessa operação – de um bonito nome: Rodovida –

será a fiscalização com etilômetros (balões que ajudam a verificar a concentração de bebida alcoólica) e com informações estratégicas fornecidas pelo setor de estatísticas, como dias, horários e locais em que há mais ocorrências de acidentes.

Nesse mesmo balanço, os números das mortes e de acidentes nas rodovias brasileiras em 2014 foram menores quando comparados aos de 2013. Foram 8.227 óbitos no ano passado – é muita gente morrendo no trânsito! – contra 8.425 no ano anterior, ou seja, uma redução de 2,3%. Já os acidentes passaram de 186.698 em 2013 contra 168.593 em 2014, uma queda de 9,6%.

A frota nacional, ao contrário, cresceu. Em 2013, o Brasil contava com 81,6 milhões de veículos em circulação. No ano passado, foram 86,7 milhões. E desde 2003, a frota aumentou 136%. E, ainda de acordo com o balanço, as batidas acontecem mais às sextas – hoje –, aos sábados e domingos.

A maioria das vítimas fatais, lamentavelmente, tem entre 25 e 38 anos. Em relação às mortes, 57% das ocorrências registraram óbito dos motoristas; em 28% dos casos, as vítimas fatais foram os passageiros e, em 25%, os pedestres é que foram as vítimas. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, 73% desses acidentes e mortes nas estradas do País ocorreram em retas, indicando que, quando a batida é causada por falha humana, o motorista geralmente já está cometendo algum tipo infração com excesso de velocidade.

Apesar de 53% dos acidentes acontecerem em zonas urbanas, 70% do total de mortes acontecem em zonas rurais, onde são mais comuns as colisões frontais, com maiores índices de vítimas.

Minas Gerais é o Estado que mais contabiliza acidentes. Em seguida vem Santa Catarina, – nesta época de Carnaval, muita gente vai a Santa Catarina, gaúchos, paranaenses, paulistas, porque é um Estado muito bonito e lá fazem um belo carnaval também, como fazem na Bahia, no Rio de Janeiro, no Nordeste, no Rio Grande do Sul – Paraná e Rio de Janeiro.

A Bahia é o local com as batidas mais graves. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, isso acontece por causa da grande quantidade de pistas simples no Estado – lá na Bahia – e da grande circulação de veículos devido ao turismo e agora ao Carnaval.

Eu desejo, Senador Cássio Cunha Lima, que os nossos foliões, que os brasileiros que vão aproveitar a avenida, que vão desfilar na sua Mangueira, que eu respeito muito, porque a Mangueira teve uma figura que eu considero um poeta: o Cartola... E Cartola tem composições que são extraordinárias, de extraordinária beleza, sonoridade e o sentido do que dizem, como As rosas não falam.

Então, eu quero cumprimentá-lo, como mangueirense e, também, como mulher – a Senadora Vanessa já fez as homenagens sobre o tema que a escola trará neste ano –, e desejar que o Carnaval seja seguro, sob todos os aspectos. E também um momento de reflexão para todos nós, neste tempo – para quem não vai para a avenida, como eu –, para a gente possa retomar os trabalhos com a energia redobrada, porque teremos muitos desafios.

Não serão fáceis, mas estamos dispostos a contribuir de maneira muito responsável, para que a população veja este Senado Federal com outros olhos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB – PB) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia pela oportunidade do pronunciamento nas duas partes: na análise feita inicialmente, quando da ocupação da tribuna, e também na oportunidade do tema levantado, os desafios que temos, no Brasil inteiro, nas estradas, com os acidentes, e essa verdadeira epidemia dos acidentes de motocicletas.

Portanto, cumprimento V. Ex^a por mais esse pronunciamento, que traz sempre uma palavra lúcida, clara e sintonizada com os desafios não apenas do Rio Grande do Sul, mas também de todo o País.

Concedo a palavra, também com muita alegria e honra, ao Senador Cristovam Buarque, que representa o Distrito Federal, ex-Governador também do Distrito Federal, brasileiro que tem o respeito e a admiração da Nação inteira.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cássio, venho para falar sobre saúde, mas venho para falar sobre saúde política.

A saúde das doenças nossas a gente já vê, todos os dias, nas filas dos hospitais, na falta de remédios, na desagregação do sistema. Quero falar da saúde naquilo em que a gente não vê a doença. Ela parece meio invisível e é a causa de todas as outras doenças do sistema político brasileiro, da democracia brasileira.

Uma doença que a gente vê na hora é a corrupção. Mas a corrupção é apenas a febre, aquilo que a gente percebe da doença. A doença está mais embaixo: por exemplo, a mistura de Estado com governo, de governo com partido. Essa é uma doença que a gente está vivendo.

Nós não conseguimos separar claramente o Estado brasileiro, na sua permanência de séculos, do governo – período de quatro anos, podendo se repetir por mais quatro, mas nunca muito longo – e do partido,

que nem é Estado, nem governo. Misturamos tudo. Essa mistura é uma causa da corrupção, porque um grupo chega ao governo e se sente dono do Estado e do governo.

Ele está ali para exercer o governo, não para ser dono do governo, porque o governo passa pelo Judiciário, passa pelo Congresso, não é só o Poder Executivo, mas nós estamos vivendo isso.

Essa mistura entre Estado, governo e partido é uma doença e uma doença muito grave, que está provocando a febre da corrupção. Some-se a isso, essa mistura doentia, com o fato de que a maneira de escolher quem vai para o governo, a maneira de escolher os políticos passa por campanhas extremamente caras e com financiamentos absolutamente – eu diria, com clareza – indecentes. A promiscuidade entre governo e Estado faz com que o governo se aproprie, por exemplo, da Petrobras, que não pertence ao governo. A promiscuidade entre governo e o partido faz com que o governo aponte para dirigir a Petrobras pessoas do partido e não os melhores quadros na Nação, que poderiam até ser do partido, mas não, necessariamente, do partido. É uma empresa do Estado, não pode ser administrada pelo partido que está no governo.

Mas quando se junta isso ao problema da campanha eleitoral, que exige altos financiamentos, que permite financiamento de empresas, aí a doença se agrava, porque já que o partido tem direito de indicar quem vai dirigir uma instituição do Estado, e já que o partido precisa de dinheiro para as suas eleições, aí começa a haver o que a gente está percebendo: propinas para financiar – eu até vou usar a palavra que está sendo usada legalmente – campanhas eleitorais. É uma doença. A mistura é uma doença, somada à maneira como nós fazemos campanhas – altos custos e relações promíscuas com o setor empresarial –, faz com que a febre apareça. A febre, que é apenas um sintoma de uma doença mais profunda, da falta de separação entre Estado e governo, governo e Partido, e do fato de que, para chegar ao poder no Brasil, precisa-se de muito dinheiro, e esse dinheiro pode vir de qualquer fonte, inclusive de empresas que vendem serviços ao Estado – não ao governo, ao Estado.

Essa doença se agrava ainda mais, Senador, quando nós percebemos a promiscuidade entre os Poderes, na qual está o mensalão.

O mensalão é resultado de uma doença – a doença de que governo e Congresso passam a ser uma coisa amarrada. O Governo quer ter uma maioria, que se tem chamado, por aí, de República Imperial, capaz de aprovar tudo, como um trator que passa por cima das minorias críticas. O Governo passa a não ouvir as críticas. Isso é uma doença! Não ouvir críticas é uma doença gravíssima na política! E nunca leva a bons resultados. Quem, na política, não ouve crítica não fica muito tempo sem a febre da doença.

E a febre, o que é? As contas que não batem! Os déficits gêmeos que nós temos, tanto nas contas públicas internas quanto nas contas da Nação com o resto do mundo – porque não foram ouvidas as críticas. As críticas eram esnobadas, ridicularizadas, desprezadas. Essa é uma doença da política. O Governo atual sofre dessa doença, de não ouvir as críticas e, portanto, de não dialogar.

Isso funciona nos regimes autoritários, porque o governo tem todo o poder, por exemplo, de prender quem critica, em primeiro lugar. Em segundo, se surge um desequilíbrio fiscal, a ditadura não precisa pedir o apoio de ninguém para aprovar o fim dos direitos sociais, faz um decreto. Nem de lei precisa! Essa promiscuidade que faz com que o Presidente do Congresso seja eleito conforme o governo queira, em que há troca de favores a qualquer momento, é uma doença. Nós não estamos, hoje, enfrentando essa doença com a reforma política que é necessária.

Outra doença da política que nós estamos vivendo é a da divisão da nossa sociedade, sobretudo a que milita, de uma maneira sectária, por sigla. Ninguém ouve o que o outro, realmente, está querendo dizer, ou então ouve, mas não escuta, não percebe.

Hoje, quem disser que o povo está falando em *impeachment* é visto como golpista. É uma doença isso, porque está na lei. São os mesmos – isso lembra o que a Senadora Ana Amélia falou há pouco – que defenderam o *impeachment* para o Collor; e não era considerado golpe. Agora, dizem que é golpe defender o *impeachment* da Presidente Dilma.

Eu, Senador, não fui atraído pelo *impeachment* do Collor. Até porque eu era brizolista – e sou até hoje. E Brizola não entrou nisso – a não ser no finalzinho, porque não tinha mais jeito. Quando chegou o final, ou o Collor saía, ou o País não funcionava. Mas ele resistiu. Ele dizia: “Isto é ruim para o Brasil: o primeiro Presidente depois de 21 anos de ditadura e mais 3 ou 4 anos de governo – então 25 anos da última eleição – a gente vai ter que tirar no meio do mandato.”

Eu não entrei no “Fora FHC” – que muitos que hoje são contra falar em *impeachment* defenderam. Mas eu não acho que seja bom para o Brasil ter *impeachment*. Veja bem a diferença: ter e falar. Falar não depende de nós. O povo que fala. Ter depende de nós; e aí eu não sou favorável. Não sou, porque um país que, a cada quatro Presidentes, tira dois em *impeachment*, aí é a maior de todas as doenças da democracia pela falta de

regras permanentes, mesmo que legalmente interrompidas. Faz muito pouco tempo que a gente tirou um Presidente. Tirar outro agora não é bom; mas o povo está falando.

E aí vem uma outra doença: esconder a realidade. Aqui, o discurso de alguns dos nossos colegas foi de negar a realidade de que o povo está profundamente descontente, mas muito descontente, sobretudo com a Presidente, mas também muito com o seu Partido, mas também com os outros partidos do Governo e também com todos nós, até mesmo com a oposição. É uma doença: a doença de não ver o descontentamento do povo. Essa é uma doença muito perigosa. É a doença de você não ver a febre que o doente tem. Aí, quando você quer consertar, quer retomar a saúde, não dá mais tempo. Por isso é preciso falar, é preciso enfrentar, é preciso discutir, é preciso saber por que está se falando nisso.

E se está falando nisso, Senador Cássio, por uma outra doença. É a doença de se falar uma coisa na campanha, para fazer outra no governo. É uma doença: a doença de submeter-se à ditadura dos marqueteiros e, depois, à ditadura dos financistas – embora aqui eu queira dizer que se tem uma coisa que eu respeito de ditadura chama-se aritmética. E finanças públicas têm muito a ver com aritmética, e aí não adianta reclamar.

Duas ditaduras, Senador, que não tem como enfrentar: aritmética e lei da gravidade. A lei da gravidade a gente ainda dribla com a velocidade e a forma das asas dos aviões, com o gás que se coloca dentro dos balões; a gente ainda engana. A aritmética é mais difícil, inclusive a financeira. A gente pode é dizer: “Não respeita”; aí depois paga com a inflação, mas paga. É como saltar de um prédio achando que vai ganhar a lei da gravidade. Salta, mas só dura uns três, quatro segundos. Na política fiscal, você gasta mais do que arrecada, mas só dura alguns anos, e aí se esborracha, como quem pula de um prédio.

Então, essa é uma doença que foi usada na última eleição e que é a causa primeira hoje, eu diria, do descontentamento.

Eu diria que a corrupção na Petrobras é a segunda causa, porque ela já existia na eleição, e o povo votou no Governo; então, não é essa a primeira, embora ela tenha se ampliado muito, como de ontem para hoje, com novas informações que nos abalam. Mas a causa mesmo é a duplicidade do discurso, sobretudo porque o discurso que é feito hoje foi usado contra os adversários poucas semanas atrás, 15 semanas atrás. Então, essa é uma doença.

Eu acho que também é uma doença a gente ficar nesse sectarismo obscurantista que não permite a racionalidade funcionar; a racionalidade não está funcionando. As pessoas estão olhando o mundo – e tem um pouco a ver com o seu discurso, Senadora Ana Amélia –, as pessoas militantes estão olhando o mundo como se fosse conforme está dentro da cabeça delas. Eu recebi uma mensagem um desses dias perguntando: qual é o seu lado? O seu lado significa ou é PSDB ou é PT. O meu lado, Senador Cássio, eu escolhi quando eu tinha 20 anos, e entrei no processo político com duas pernas: a perna da democracia e a perna da transformação social. Há muitos democratas que dizem: “Basta o processo levar que a sociedade melhora”. São os liberais. Acho que, além da democracia, é preciso fazer transformações sociais.

Eu não mudei. Continuo defendendo que o Brasil precisa de transformações. Continuo defendendo que o caminho é a democracia, respeitando a Constituição e, de preferência, respeitando os mandatos. E fazendo as transformações. Posso até ter evoluído, porque o mundo muda sobre onde está a transformação. Quando muito jovem, é provável que para mim a transformação era a estatização dos meios de produção, embora eu nunca tenha sido muito defensor disso; nunca fui do Partido Comunista, nunca defendi isso de maneira radical. Hoje, para mim, é a garantia da escola igual para todos. A transformação é o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Toda vez que vou tomar uma decisão política, eu pergunto: “Isso leva ou não leva ao caminho da transformação, de fazer a escola do trabalhador ser a mesma escola do patrão?”

Votei no Aécio não porque ele iria fazer isso, mas porque ele iria dar quatro anos para a gente se preparar para isso, inclusive colocando na oposição aqueles que poderão trazer esse sonho – eu acho, por exemplo, que alguns do Partido dos Trabalhadores vão trazer esse sonho; o meu Partido, que nasceu com o Brizola pensando nisso, mas que, dentro do palácio, não pensa isso mais. Os subterrâneos dos palácios aprisionam os sonhos, e o sonho de escola do trabalhador ser igual à escola do patrão precisa ser sonhado outra vez, de fora dos palácios. Por isso, acho que o Aécio era um presidente melhor para os próximos quatro anos.

Aécio mudaria os quadros dirigentes, que creio ser uma coisa necessária para quebrar aquela doença que falei, Senador Cássio, da mistura de Estado, Governo e Partido. Não vou dizer que o PSDB não sofre disso, mas precisaria começar a fazer; o PT vem fazendo há doze anos. Então, a doença já está aí. Quebraria isso. Seria mais fácil enfrentar a crise econômica, porque a herança não teria sido feita por ele, ele teria herdado a doença. O discurso dele não seria contraditório, do *marketing* para o exercício. E ele colocaria na oposição aqueles que poderão voltar a sonhar com as transformações que nós defendemos ao longo de décadas.

Eu não mudei de lado, como a Senadora Ana Amélia falou há pouco aqui que não mudou de lado. Mas as pessoas mudam tanto de lado, como eu falei no meu aparte, que, ao mudarem de um lado para outro, quem

estava no mesmo lugar é tido como quem mudou de lado. Eu não mudei de lado e vou continuar falando das mesmas coisas, mesmo que não seja entendido. Por exemplo, não mudei de lado: *impeachment* não é golpe. Não mudei de lado. Segundo, *impeachment* não é bom, como eu pensei na época do Collor, na época do FHC, quando o PT começou a falar em “Fora FHC”, que é uma maneira mais elegante de dizer *impeachment*. Não, não mudei!

Mas hoje o Governo não está satisfazendo O povo está percebendo, está descontente. Só há um jeito: as pessoas continuarem nas ruas, gritando o que elas quiserem. Eu não vou dizer que gritem *impeachment*, mas não vou dizer que gritem outras coisas. Elas gritam o que elas querem. E nós, que somos os líderes, temos que ouvi-las, entendê-las e formular caminhos. E não estamos formulando.

E esta é a última – antes de passar a palavra, Senadora Ana Amélia – das doenças: nós não estamos formulando caminhos, Senador. Estamos paralisados. Não é essa paralisação menor de não saber quem vai estar em comissão, de quem vai ser presidente de comissão; isso é uma paralisação menor do Senado, da Casa; eu falo da paralisação de dizer aonde a gente quer ir.

Quem está no Governo não quer que o *impeachment* prospere, mas não está dizendo como é que vai fazer para o povo voltar para casa sem pedir isso. Não estão dizendo. E nós, que não estamos satisfeitos com a maneira como o Governo vai, não estamos dizendo exatamente o que a gente quer que o Governo faça.

É verdade que deveria partir do Governo um gesto de ouvir os críticos. Eu paro de falar em oposição. Eu falo dos críticos, até porque está cheio de críticos lá dentro do PT. Está cheio de críticos lá dentro e que não estão sendo ouvidos também. Está na hora de a Presidenta sentar com os críticos. Isso que chamam de PIG, essa imprensa, está na hora de sentar com essa imprensa que critica e ouvir o que ela tem a dizer. De repente, um deles tem razão; de repente, tem. E, a partir desse convite de ouvir os críticos, nós, os críticos – me incluo entre eles –, a gente tem que saber o que vai dizer. Temos que propor uma agenda para que este País não vou dizer que fique saudável na política totalmente, mas que parem pelo menos as febres que a gente vem sentindo, as diversas febres: a febre da corrupção na Petrobras, a febre da promiscuidade, a febre que a gente vê da quebra nas contas públicas; todas essas febres de uma doença maior, que é uma política que é feita sem compromisso claro com os interesses do futuro do País, do futuro da Nação.

É isto, Sr. Presidente, que eu gostaria de chamar a atenção aqui hoje: falar de saúde, mas a saúde para tratar da doença da política no Brasil, sem o que o País não vai funcionar bem, e aí o País, sim, fica doente.

Era isso, Sr. Presidente, mas eu quero passar a palavra para a Senadora Ana Amélia, que me dá muito orgulho em fazer um aparte.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Eu começo exatamente pelo final, quando V. Ex^a exorta a uma atitude, eu diria, de tolerância e inteligência de parte do Governo, no sentido de chamar aquelas pessoas que têm essa visão crítica da realidade. Muitas delas estão dentro do próprio Governo; é só ler o que disse a Senadora, nossa colega, Marta Suplicy, até ontem Ministra da Cultura, que expôs os dilemas enfrentados pelo Governo. Mas veja só: a intransigência impede esse exercício democrático de conviver com quem pensa diferente ou quem tem, como nós, Senador Cristovam, posições críticas com base na racionalidade, com base no entendimento das necessidades que o nosso País tem. E, quando a mídia faz as críticas fundamentadas, como o Governo reage? Regulação da mídia, ameaça. O que é a regulação da mídia? É ter presente sempre um tacão e uma ameaça de regulação da mídia, porque não está satisfeito com o que a imprensa está dizendo. Então, não é esse o comportamento adequado no regime democrático de um governante, mas, sim, buscar esse entendimento possível – e sempre o é –, mantidas as divergências de opinião no sentido de construir. Então, a atitude de intolerância na convivência com quem pensa diferente também agrava a situação de conflito que nós estamos vivendo neste momento; é o seu caso, é o meu caso. Então, nós não temos ambiente para um entendimento. Os próprios membros do Partido do Governo hoje já nem é à boca pequena, já escancaradamente demonstram essa insatisfação exatamente dessa falta de diálogo. O pior na política, Senador, é a soberba. É a soberba! É não entender que conversar não implica abrir mão de dogma, doutrina, ponto de vista, posição ideológica, seja qual for, mas permite, sim, oxigenar a atitude, o comportamento e a convivência. Estamos vivendo uma contradição em todos esses processos políticos. Enquanto isso não mudar, as atitudes... Isso depende muito da ação de cada líder das instituições democráticas do nosso País, da Presidente, dos Líderes do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, do Ministério Público. Deve haver uma convivência que tenha o mínimo de racionalidade e de respeito mútuo para acolher as contribuições que, com toda a responsabilidade, V. Ex^a, o Senador Cássio Cunha Lima, Líder da Oposição, eu, como Senadora, independente como V. Ex^a, todos também temos. O meu Partido está na Base do Governo, o seu também. Entretanto, tenho atuado aqui de maneira a não depender do Governo, para ter coerência – nenhum cargo, nada, por conta disso. Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a por sempre trazer uma reflexão na tribuna que nos permite pensar mais sobre o nosso País e os dilemas que a nossa Nação está vivendo. Muito obrigada. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – Obrigado, Senadora.

Nós estamos num tempo – é outra doença – em que as pessoas querem saber se apoiam ou não apoiam. As pessoas não querem saber: “eu penso dessa maneira”. Eu me recuso a apenas apoiar ou não apoiar. Eu penso e, ao pensar, eu apoio ou não apoio, mas primeiro eu penso. As pessoas perderam esse gosto. As pessoas querem saber de que cada lado está no sentido de apoiar ou não apoiar e não de que cada lado está no sentido de qual é o conjunto das suas ideias, das suas propostas. Aí, sim, é o lado que importa. Hoje é: “Você está do lado que apoia ou do lado que não apoia?” E, de repente, mudam os lados.

E aí a gente cai nesse caos.

Sobre a imprensa. Tenho sido muito criticado e acusado, porque saiu uma matéria na imprensa dizendo que eu era a favor e estava insuflando *impeachment*. Não é verdade isso. Eu estou apenas dizendo que não é golpe, que o povo tem direito de falar. Mas eu vou culpar a Imprensa porque veiculou isso? Não. Eu falei de alguma maneira que foi mal interpretada. Então, eu cometi algum erro de linguagem ao falar e vim aqui me explicar. Mas querem proibir que a imprensa diga as coisas conforme interpreta e, aqui e ali, erra. É porque nós criamos algum tipo de erro.

Também sobre os críticos internos. Ora, não há ninguém nesta Casa que defenda mais o Governo Dilma do que a nossa colega Gleisi, mas ela apresentou uma emenda agora na medida provisória que vai contra a proposta do Governo. Os analistas estão mostrando no que se refere a não cortar certos direitos que o Governo considera necessários para o ajuste. Se ela apresenta aqui uma emenda é porque ela não foi ouvida; senão, ela teria conseguido colocá-la dentro ou teria sido convencida de que não dá para fazer isso.

Nesse caos que vem da arrogância, Senadora – a soberba que V. Ex^a falou –, há uma coisa que é pior ainda do que a soberba: é a soberba eufórica. A soberba encabulada já tem um quê de modéstia. O problema é que o Governo vinha tendo uma soberba eufórica que não aceitava ouvir os críticos. Pelo menos agora, a soberba já começa a ficar um pouquinho mais encabulada ao ver a realidade que está aí, mas ainda tenta esconder a realidade. Os discursos aqui das pessoas do Governo é de que as coisas vão bem. Não houve um discurso aqui dizendo: “Nós erramos e agora estamos corrigindo; queremos o apoio de vocês para corrigir os erros que cometemos, porque ganhamos uma eleição e temos que ficar mais quatro anos”. Não. Não assumem que houve erro, por causa da soberba. E isso é uma tragédia. A soberba aprisiona, e a euforia cega. O Governo ficou eufórico e não viu os problemas que estava construindo. Agora, com a soberba, mesmo sem euforia, ele não está querendo reconhecer que cometeu erros, impossibilitando o diálogo.

E o povo, por falta do diálogo – porque nós deveríamos pelo menos ser o representante dele –, vai pra rua. E querer impedir o povo de gritar... Isso, sim, é golpe. E isso eu falei – o jornal colocou e nisso ele está certo. Impedir o povo de gritar é golpismo. Vamos convencer o povo a aplaudir ao invés de gritar. Isso depende das ações que forem tomadas e do diálogo que for feito.

É isso, Sr. Presidente, Senador Cássio, que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Cristovam, acredito que, nesta sexta-feira de Carnaval, como o povo brasileiro costuma definir, já nos aproximando do encerramento da sessão, mais do que um pronunciamento, eu tive a honra de testemunhar uma aula. Na tribuna, não estava talvez o Senador Cristovam Buarque, mas, com todas as suas características, o Prof. Cristovam Buarque, que nos trouxe uma reflexão extremamente lúcida.

Aliás, a lucidez tem caracterizado a sua atuação na política brasileira, com uma visão crítica, uma observação sempre na vanguarda dos acontecimentos e suscitando o Brasil para debates que são extremamente importantes. Vou usar uma expressão que era muito própria de Leonel de Moura Brizola: V. Ex^a vem de longe. Brizola usava muito esta expressão: “Eu venho de longe”. E vindo de longe, a contribuição que é dada, neste instante, nesta reflexão do grave momento do Brasil, com certeza, engrandece não apenas a sua trajetória, mas também contribui para que possamos chamar o feito à ordem. Nesta Casa, não há golpistas, nesta Casa, há, sim, homens e mulheres que se preocupam com os destinos do Brasil.

Quando, no decorrer desta semana que se encerra, também ocupei a tribuna do Senado como Líder do PSDB nesta Casa, deixava claro, em primeiro lugar, que queda de popularidade não é razão para *impeachment*. Há uma Constituição que, no seu art. 85, trata das responsabilidades do Presidente da República, e há a Lei nº 1.079 que detalha os procedimentos do chamado *impeachment*. E não há nem na Constituição, nem na lei qualquer previsão de que uma Presidente da República possa ser impedida do exercício do mandato por queda de popularidade. E disse isso como Líder da Oposição, como Líder do PSDB.

A partir daí, parte da interpretação que foi dada a essa minha reflexão é que estávamos – ou eu estava, e V. Ex^a entrou no rol, porque me apartou...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – É verdade. Tudo isso foi em função do meu aparte ao seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB – PB) – Exatamente.

E veja só, na responsabilidade do que dizia, eu estava exatamente fazendo uma leitura serena dos fatos: Eu disse: “Não será por uma queda de popularidade que a Presidente poderá ser afastada”. E V. Exª fez um aparte dizendo, de forma muito clara: “Nós não estamos aqui falando do *impeachment* presidencial, mas o povo brasileiro nas ruas está falando”.

A partir daí, criaram-se, na reação do Governo e, infelizmente, na tática do embate, uma postura e um discurso de que tanto eu como V. Exª estaríamos defendendo o impedimento da Presidente da República. Posso dizer, como já reafirmei da tribuna do plenário, que o PSDB não tem na sua pauta o impedimento da Presidente da República. Não está na agenda do PSDB esse tema.

Agora, nós não podemos deixar de discutir os graves problemas que o País vive. Nós não podemos deixar de fazer a crítica, não podemos cair no sectarismo obscurantista, essa análise perfeita que V. Exª fez. É perfeita a expressão. O Brasil vive realmente um momento de sectarismo, em que sobretudo os que nos governam, na maioria eventual que formaram, tentam dividir o Brasil entre nós e eles. Isso tem sido uma prática desses 12 anos que estamos testemunhando do exercício do poder, com todas essas doenças, doenças que foram bem relatadas por V. Exª, que infelizmente não vivem momentos agudos, pois se transformam em doenças crônicas. Esse é o grande problema. São doenças crônicas, que terminam impedindo que o Brasil avance, que o Brasil cresça.

E, dentre essas doenças crônicas que há na nossa sociedade, está a confusão, a mistura permanente do público com o privado. Não se consegue distinguir claramente o que é público e o que é privado, e quem está no exercício do poder tenta confundir esses dois espaços, o que é um caminho certo e seguro para a prática da corrupção.

Eu quero cumprimentar V. Exª. Foi muito oportuno este encontro que tivemos nesta sexta-feira, porque foi a partir de um pronunciamento e de um aparte de V. Exª que toda essa onda de atribuição de postura golpista e de defesa do *impeachment* foi feita. Nós não podemos ter uma palavra ou um procedimento que está escrito na nossa Constituição criminalizado. O que tentei fazer foi furar uma bolha, e V. Exª também contribuiu com isso, pois é inegável: quem nos assiste hoje pela TV Senado neste instante sabe que o povo brasileiro está, sim, tratando do tema e que nós devemos ter muita serenidade, não para abrir o caminho para o impedimento do exercício de um mandato, mas para as soluções dos problemas de que o Brasil precisa. Portanto, cumprimento V. Exª. Mais do que um pronunciamento, eu tenho certeza de que nos trouxe uma aula do Prof. Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria dizer, para concluir, que, quando o senhor falou em lucidez, o senhor falou de uma maneira elogiosa, mas hoje estamos em um momento em que a lucidez não é inteligente. Ser lúcido, hoje, não é inteligente na política. Na política, ser inteligente é rasgar a lucidez e mergulhar em um dos discursos que estiverem prevalecendo. Eu vou resistir, prefiro ser lúcido a ser inteligente. Abro mão da inteligência e fico com a busca de ser lúcido.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – A lucidez em V. Exª é sinônimo de inquietude, de inconformismo. Foi nesse sentido que procurei...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – Foi um elogio que o senhor quis fazer, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Com certeza, um elogio sincero e escolhido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Essa inquietude e esse inconformismo é que fazem com que o nosso País possa crescer, possa avançar, possa encontrar caminhos para as soluções dos problemas. A exortação que V. Exª faz é para que os homens e as mulheres não apenas deste Senado Federal, mas da Câmara, da política, das instituições brasileiras possam ter capacidade de apontar caminhos. O que não podemos é ficar na situação de inércia em que estamos vivendo, na qual quem tem a legitimidade do voto para nos governar apresenta uma postura de perplexidade e não consegue apontar para a Nação brasileira os caminhos pelos quais devemos trilhar para enfrentar essas dificuldades.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF) – Eu não sei se alguém já disse, é bem provável, mas eu vou correr o risco: é preciso levar a lucidez até o suicídio, mas não abrir mão dela.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – É preciso sempre ter a capacidade de inquietação, de indignação, para que as coisas possam funcionar. Portanto, cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Antes de encerrar a sessão, faço a comunicação ao Senado Federal do **Ofício da Câmara dos Deputados nº 215, de 2015**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, para os fins previstos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 22-A, de 2000 (nº 358/2013, naquela Casa), do Senador Antonio Carlos

Magalhães e outros, que altera os arts. 165, 166 e **198** da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. **(orçamento impositivo)**

A Presidência convocará, oportunamente, sessão solene do Congresso Nacional a fim de promulgar a emenda constitucional.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 215/2015/SGM-P

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Assunto: **Envio de PEC para promulgação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 358, de 2013 (PEC nº 22, de 2000, no Senado Federal), que "Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica", aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protesto de apreço e consideração.

Eduardo Cunha, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, desejo a todos um bom Carnaval, um Carnaval em paz, com alegria, com descontração. Não custa a recomendação: se dirigir, não beba; se beber, que o faça com moderação. Bom Carnaval a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Oposição/PSDB - PB) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

SENADO FEDERAL

RETIFICAÇÕES.

ATA DA 175ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2014

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 194**, de 27 de novembro de 2014)

À página 252, na epígrafe do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2014, *onde se lê*:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, DE 2013

Leia-se:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, DE 2014

À página 273, ao final da publicação do Requerimento nº 948, de 2014, *onde se lê:*

(À publicação.)

Leia-se:

(Encaminhe-se.)

À página 273, ao final da publicação do Requerimento nº 949, de 2014, *onde se lê:*

(À publicação.)

Leia-se:

(Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.)

RETIFICAÇÕES

ATA DA 188ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 207, de 18 de dezembro de 2014)

À página 140, para correção do despacho do Requerimento nº 1.049, de 2014, *onde se lê:*

(À publicação.)

Leia-se:

(Deferido.)

À página 597, exclua-se a lista de votação nominal, inserida indevidamente, e inclua-se a seguinte:

À página 614, exclua-se a lista de votação nominal, inserida indevidamente, e inclua-se a seguinte:

Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS Nº 1- CCJ E Nº 2 - PLEN À PEC 12/2014 (1º TURNO)

Nun. Sessão: 1 Num. Votação: 5 Abertura: 17/12/14 20:36
 Data Sessão: 17/12/2014 Hora Sessão: 12:00 Encerramento: 17/12/14 21:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENECITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PT	SP	MARTA SUPLICY	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	RR	RÔMERO JUCA	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
SD	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

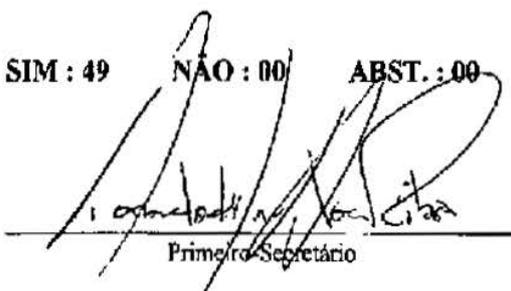
SIM : 49

NÃO : 00

ABST. : 00

PRESIDENTE : 1

TOTAL : 50


 Primeiro Secretário

RETIFICAÇÕES

ATA DA 1ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2015

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 004**, de 4 de fevereiro de 2015)

No Sumário, à página inicial, *onde se lê*:

2.2.2.1 – Encaminhamento de matérias a Comissões:

[...]

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 106/2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470/2011; 97, 197, 209, 222, 371, 397, 413, 457, 458, 459 e 464/2012; 24, 277, 392, 394 e 509/2013 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. *Prejudicialidade do Requerimento nº 246/2014.*

leia-se:

2.2.2.1 – Encaminhamento de matérias a Comissões:

[...]

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 106/2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470/2011; 97, 197, 209, 222, 371, 397, 413, 457, 458, 459 e 464/2012; 24, 277, 392, 394 e 509/2013 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. *Prejudicialidade do Requerimento nº 246/2014.*

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 198/2012 à Comissão de Assuntos Sociais. *A matéria será apreciada terminativamente.*

No Sumário, à página 7, *onde se lê*:

2.2.2.14 – Ofício do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

leia-se:

2.2.2.14 – Ofício do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

No Sumário, à página 10, *onde se lê:*

2.2.4 - Adoção de medidas provisórias

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 30 de dezembro de 2014, e publicação em 31 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 666/2014, que... **Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.**

leia-se:

2.2.4 - Adoção de medidas provisórias

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 30 de dezembro de 2014, e publicação em 31 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 666/2014, que... **Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.**

À página 47, *onde se lê:*

(...)

Dessa forma, o **Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2011**; e os **Projetos de Lei do Senado nºs 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 197, 209, 222, 371, 397, 413, 457, 458, 459 e 464, de 2012; 24, 277, 392, 394 e 509, de 2013**, continuam tramitando, anexados aos **Projetos de Lei do Senado nºs 281 e 283, de 2012**, que tramitam em conjunto, e retornam à CCJ.

Fica prejudicado o **Requerimento nº 246, de 2014**

leia-se:

(...)

Dessa forma, o **Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2011**; e os **Projetos de Lei do Senado nºs 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 197, 209, 222, 371, 397, 413, 457, 458, 459 e 464, de 2012; 24, 277, 392, 394 e 509, de 2013**, continuam tramitando, anexados aos **Projetos de Lei do Senado nºs 281 e 283, de 2012**, que tramitam em conjunto, e retornam à CCJ.

Fica prejudicado o **Requerimento nº 246, de 2014**.

Tendo em vista o arquivamento, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, e do Ato da Mesa nº 2, de 2014, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2009; o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2012, volta a ter tramitação autônoma e retorna à CAS, em decisão terminativa.

À página 63, para correção de omissão, ao final da publicação do **Requerimento nº 4, de 2015**, inclua-se o seguinte despacho:

(Encaminhe-se)

À página 68, para correção do título do **Ofício nº 774/2014/GP/TRE-RO**, onde se lê:

OFÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

leia-se:

OFÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

À página 608, para correção de erro gráfico no título da proposição, *onde se lê:*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2014

leia-se:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2015

Requerimentos de Licença sem ônus**Artigos 13; e 43, II do Regimento Interno**

REQUERIMENTO	SENADOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
RQM nº 11, de 2015	Fernando Ribeiro	13	05/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 12, de 2015	Fernando Ribeiro	13	De 10/02/2015 a 12/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 13, de 2015	Renan Calheiros	13	05/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 14, de 2015	Marcelo Crivella	43, II	10/02/2015 e 11/02/2015	Licença Particular
RQM nº 15, de 2015	Fernando Collor	13	05/02/2015	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

PT - 14

Angela Portela.	RR
Delcídio do Amaral.	MS
Donizeti Nogueira.	TO
Fátima Bezerra.	RN
Gleisi Hoffmann.	PR
Humberto Costa.	PE
Jorge Viana.	AC
José Pimentel.	CE
Lindbergh Farias.	RJ
Marta Suplicy.	SP
Paulo Paim.	RS
Paulo Rocha.	PA
Regina Sousa.	PI

Walter Pinheiro. BA

Bloco Parlamentar Democracia Participativa - 12

PP-5 / PSB-6 / PPS-1

Ana Amélia.	PP / RS
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

PDT - 6

Acir Gurgacz.	RO
Cristovam Buarque.	DF
Lasier Martins.	RS
Reguffe.	DF
Telmário Mota.	RR
Zeze Perrella.	MG

PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin.	AM
---------------------	----

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
---------------------	----

Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
PT.	14
Bloco Parlamentar Democracia Participativa.	12
Bloco Parlamentar União e Força.	9
PDT.	6
PSOL.	1
PCdoB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Humberto Costa* (PT-PE)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Pimentel* (PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (PT-TO)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** - VAGO**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)</p>	<p>PT - 14</p> <p>Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾</p>	<p>PDT - 6</p> <p>Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾</p>
<p>PCdoB - 1</p> <p>Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 09/07/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscmcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 26/04/2011

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 25/06/2013

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 19/04/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/08/2011

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Instalação: 01/03/2011

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Futado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Futado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 6133031095

E-mail: csf@senado.leg.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	
PRB	VAGO ⁽³⁾
PSC	
PSOL	VAGO ⁽¹⁾
PROS	
SD	VAGO ⁽²⁾

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVLV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO
PROS	

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	Representante da sociedade civil organizada
	VAGO
	Pesquisador com produção científica relevante
	VAGO
	Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimetro Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvío Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>
<p>Líder da Maioria VAGO</p>
<p>Líder da Minoria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO</p>

SENADO FEDERAL
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>
<p>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO</p>
<p>Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO</p>
<p>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO</p>

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

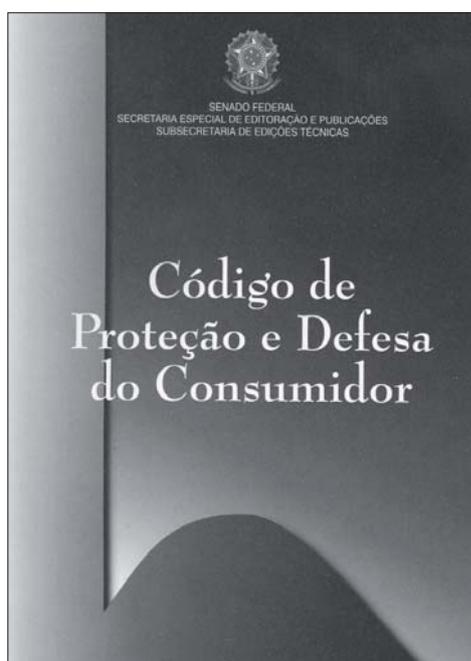
Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 82 páginas
(O.S. 10242/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

